

CAPÍTULO 8

OS “QUADROS DE FERRO”: O PARADIGMA VARNHAGEN

A obra de Varnhagen tornou-se paradigma na cultura brasileira por três aspectos: seu valor científico intrínseco; seu papel na construção de um determinado tipo de memória nacional; e sua força na elaboração de uma matriz explicativa da história brasileira, a que Capistrano de Abreu chamaria os “quadros de ferro” de Varnhagen. A evolução dos juízos emitidos a propósito da obra de Varnhagen pode fornecer alguns indicativos sobre a constituição desse paradigma.

DOIS JUÍZOS CONTEMPORÂNEOS: JOÃO FRANCISCO LISBOA E DOMINGOS GONÇALVES DE MAGALHÃES

João Francisco Lisboa reconheceu como pontos positivos da *História geral do Brasil* o bom manuseio das fontes, o plano de distribuição da matéria, o “patriotismo não xenófobo” e a investigação “imensa e conscienciosa”, admitindo que era possível criticar aspectos parciais, mas não empreender obra igual em sua época.¹

Os aspectos parciais passíveis de crítica dizem respeito basicamente a questão dos indígenas. João Francisco Lisboa, como tantos contemporâneos, era um defensor dos indígenas. O próprio Varnhagen tinha cons-

¹ João Francisco Lisboa, *Crônica do Brasil colonial*, Petrópolis, Vozes, 1976, p. 605.

ciência de como suas opiniões sobre o assunto irritavam os indianistas, mas sustentou-as no *Memorial orgânico* e na *História geral do Brasil*.²

O principal aspecto criticado por Lisboa a propósito dos indígenas foi a proposta de clientela feita por Varnhagen, que aquele considerava mera escravidão disfarçada.³ Lastimava também que, para o historiador, os agravos sempre fossem cometidos pelos índios, enquanto os portugueses sempre eram bem intencionados.⁴

Mas a principal crítica de Lisboa não estava aí. Talvez maliciosamente, tocou num ponto importante quando considerou que, em Varnhagen, a crítica aos índios, a defesa da conquista a qualquer preço, da escravidão indígena mais ou menos disfarçada, da nobreza hereditária, da canonização de beatos, da educação confiada a ordens religiosas encobriam uma vocação absolutista, “um sistema retrógrado todo inteiro, tanto estas diversas instituições, até certo ponto solidárias, se encadeiam e se auxiliam umas às outras”⁵.

A despeito de considerar “monumental” a obra de Varnhagen, Lisboa afirmava não desejar que esta chegasse à posteridade sem um protesto quanto a essas questões, para que não se formulasse um “juízo negativo sobre seu tempo”.⁶

Domingos Gonçalves de Magalhães percebeu o mesmo perfil ultraconservador de Varnhagen. Embora reconhecendo em Varnhagen méritos como pesquisador e considerando-o “o mais completo historiador da conquista do Brasil pelos portugueses”⁷, o visconde de Araguaia fez centrar sua crítica no tratamento dado pelo historiador aos indígenas.

Retomando os argumentos dos indianistas, Gonçalves de Magalhães afirmou que a carta de Caminha e os documentos posteriores provaram que os indígenas, ao contrário do que dizia Varnhagen, eram “ho-

² Francisco Adolfo de Varnhagen, *Correspondência ativa*, Rio de Janeiro, INL, 1963.

³ João Francisco Lisboa, op. cit., p. 597.

⁴ Idem, p. 584.

⁵ Idem, p. 583.

⁶ Idem, p. 603.

⁷ Domingos José Gonçalves de Magalhães, Os indígenas do Brasil perante a história, *RIHGB*, v. 23, 1860, p. 9.

mens simples, de boa-fé, hospitaleiros, trabalhadores e sempre dispostos a unirem-se a eles [portugueses], se os não maltratavam"⁸.

Analizou o comportamento indígena criticado por Varnhagen: a concepção da divindade, a organização social, o espírito de vingança, a situação da mulher, a atividade econômica, o conhecimento da natureza e a "perfeição de sua língua". Concluiu o autor pela total improcedência das críticas de Varnhagen, afirmando a importância da contribuição indígena à formação brasileira.

A explicação para o juízo negativo de Varnhagen estaria, segundo Gonçalves de Magalhães, na defesa extremada da ação portuguesa no Brasil e na visão, segundo ele derivada de Hobbes, do eterno conflito entre os homens devido aos interesses concorrentes.

O fecho da crítica daquele que introduziu o romantismo no Brasil à obra de Varnhagen, no que se refere à questão indígena, ratifica a condenação desta com o seguinte argumento:

Em conclusão destas observações diremos que, se compararmos estes selvagens com os homens eminentes dos povos cultos, e os de classe média, a vantagem é toda destes; mas se os compararmos a essa imensa população ignara e embrutecida da Europa, em que o hábito da miséria, da obediência, da servidão e do rude trabalho da terra sem descanso e sem lucro suficiente para matar-lhe a fome, extingue pouco a pouco os nobres sentimentos, a idéia mesmo de que são homens; a vantagem é toda do selvagem, que na independência do seu caráter, na força da sua vontade, na altivez do seu espírito e no garbo de seu porte, conserva todos os belos atributos da espécie humana.⁹

UMA REFERÊNCIA ESTRANGEIRA

As relações de Varnhagen com outros historiadores do Brasil e do exterior atestam o nível de maturidade e profissionalização a que havia chegado a pesquisa histórica em meados do século XIX, não apenas na

⁸ Domingos José Gonçalves de Magalhães, op. cit., p. 13.

⁹ Idem, op. cit., p. 64-65.

Europa e nos Estados Unidos, mas na América hispânica. Em quase todas as situações, evidenciava-se estreita correspondência entre a prática científica “neutra” e a defesa dos projetos nacionais ou setoriais, o que provocava uma simetria entre as diferentes historiografias nacionais. Leituras comuns, projetos nacionais semelhantes, estética romântica e clima intelectual historicista são as melhores explicações para o fato.

No caso do Brasil, a partir da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é possível apontar essa simetria com dois outros movimentos culturais da mesma índole. No Uruguai, com a fundação, em 1843, do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, tendo à frente André Lamas, por influência direta de seu congênere do Rio de Janeiro. Na Argentina, na década seguinte, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio da Prata, por Bartolomeu Mitre.

A concepção que presidiu a tais instituições foi a mesma: reunir documentos, construir uma historiografia de natureza científica e contribuir para a afirmação do Estado e da nacionalidade, no sentido desejado pela elite que as constituiu.

Quanto a Varnhagen, sua obra foi a principal inspiração metodológica, temática e ideológica das pesquisas de Francisco Bauzá, cuja *Historia de la dominación española en el Uruguay* tornou-se a referência historiográfica por excelência do modelo historicista de construção da história naquele país. Diz, a este respeito, o historiador Juan E. Pivel Devoto, responsável pela edição de 1965 e por um detalhado estudo introdutório:

Bauzá empreendeu o estudo da história do Uruguai convencido de que sem o conhecimento e divulgação dos fatos do passado, o sentimento da nacionalidade seria sempre superficial (...) Teve presente o exemplo e a concepção da obra de Varnhagen. Acreditou com acerto que a existência do Uruguai soberano e independente não poderia ser explicada sem o estudo pormenorizado do período colonial, durante o qual gestou-se o embrião social de que nasceu a comunidade uruguaia.¹⁰

¹⁰ Juan E. Pivel Devoto, Estudo preliminar. In: Francisco Bauzá, *Historia de la dominación española en el Uruguay*, Montevideo, Ministério da Instrução Pública, 1965, v. I, p. 209.

VARNHAGEN E O JUÍZO CIENTIFICISTA

A geração do "bando de idéias novas" a que se referia Sílvio Romero revolucionou as bases da compreensão da sociedade. O romantismo, o ecletismo e o historicismo foram substituídos pelo realismo e pelo cientificismo. Este abrangeu, ao longo de seu desenvolvimento, várias tendências filosóficas, como o positivismo, o evolucionismo ou o marxismo. No Brasil do último quarto do século XIX, apenas as duas primeiras teriam vigência.

O julgamento de Varnhagen, cuja obra fundamentava-se em princípios e preocupações tão distantes dessas tendências, teria de ser forçosamente severo. A própria temática central da cultura mudara no Brasil de após a guerra do Paraguai. Não se tratava mais, como em fins da década de 1840, quando a obra de Varnhagen foi concebida, de consolidar o Estado nacional. Bem ou mal fora atingido este objetivo e as discussões a respeito circunscreviam-se ao sistema político, se unitário ou federal, ou à forma de governo. Agora, as preocupações voltavam-se para a definição do povo brasileiro, com dois grandes desafios: a abolição da escravidão com a incorporação do escravo, e a entrada maciça de imigrantes e os mecanismos de sua adaptação.¹¹

A redefinição da sociedade brasileira foi mais ou menos explicitada pelos intelectuais do cientificismo entre o fim do conflito platino e a primeira guerra mundial. Pareceu claro à maioria, porém, que o *Leitmotiv*, quer estético, quer analítico, deveria ser o povo e suas manifestações culturais. Superados o indianismo romântico e a preocupação estatal, o cientificismo propunha-se estudar à luz de novas doutrinas a "formação" de um "organismo": a sociedade brasileira.¹² Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, José Veríssimo e João Ribeiro representam bem essas tendências.

Capistrano de Abreu, em dois textos, construiu um juízo que se tornaria quase definitivo na avaliação da obra de Varnhagen. Partiu de

¹¹ Arno Wehling, Capistrano de Abreu, a fase cientificista, *A invenção da história*, Rio de Janeiro, UFG-UFF, 1994, p. 169. Sílvio Romero e Capistrano de Abreu: um paralelo cientificista, *RIHGB*. A invenção do povo brasileiro. In: *Colóquio*, Universidade da Alta Bretanha, Rennes, 1992.

¹² Idem, *A invenção do povo brasileiro*, op. cit.

um balanço da obra do historiador. Concordava com D'Avezac sobre o autor ter seguido o plano de Martius, observação que sempre desagradara a Varnhagen.¹³ Reconhecia a contribuição documental, como a publicação de Pero Lopes e dos livros da Nau Bretoa e de Gabriel Soares de Sousa, bem como a descoberta ou retificações de fatos que "igualava ou excedia aos de todos os predecessores"¹⁴.

Numa análise por séculos, afirmou que as contribuições de Varnhagen foram decisivas para o conhecimento do século XVI e menos relevantes para o século XVII (exceto a guerra holandesa), o século XVIII (embora tenha sido o primeiro a fazer-lhe a história, ressalta) e o século XIX.¹⁵

Ao contrário de outros críticos posteriores, Capistrano reconheceu que Varnhagen não fizera apenas a história dos governantes, mas também da exploração do território, da "cruzada" contra o tupi, do aumento da população, do descobrimento das minas, das obras literárias¹⁶, das causas da ida para o sertão, analisando também fatores geopolíticos, como os efeitos da contigüidade das bacias do São Francisco, Tocantins e Parnaíba.¹⁷

Após tal obra, concluiu concordando com João Francisco Lisboa na constatação de que por muito tempo far-se-iam apenas monografias, sendo dispensável qualquer nova síntese.¹⁸ De certa forma, Capistrano permaneceu fiel a essa observação da juventude, pois apesar de ter escrito os *Capítulos de história colonial*, realizou importante trabalho de anotação da *História geral do Brasil*, incorporado à terceira edição, de 1926.

A referência ao estilo e ao homem é negativa: "inteiriço"; "não toca sem ferir"; "mata moscas a pedradas"¹⁹; introspectivo; sem espírito compreensivo ou simpático.²⁰

¹³ João Capistrano de Abreu, Sobre o visconde de Porto Seguro, *Ensaios e Estudos*, 1ª série, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 133.

¹⁴ Idem, *Necrológio...*, op. cit., série, p. 85.

¹⁵ Idem, Sobre o visconde de Porto Seguro, op. cit., série, p. 134.

¹⁶ Idem, *Necrológio*, op. cit., p. 88.

¹⁷ Idem, Sobre o visconde de Porto Seguro, op. cit., série, p. 139.

¹⁸ Idem, op. cit., p. 140.

¹⁹ Idem, *Necrológio...*, op. cit., p. 87.

²⁰ Idem, op. cit., p. 89

Não eram poucos os defeitos vistos por Capistrano: falta de intuição de conjunto; interesse por fatos menores (demissão de governadores, morte de reis) em detrimento de fatos locais mais importantes; perspectiva uniforme da história do Brasil, anulando os relevos²¹; não admissão de críticas, chegando a "embaralhar" a questão de Vespúcio devido às observações de D'Avezac²²; injustiça com outros historiadores, citando-os pouco ou os ignorando²³; crítica aos movimentos antiportugueses²⁴.

No conjunto, a apreciação seria positiva, se não faltasse a Varnhagen, segundo Capistrano, o interesse pela sociologia. "Não percebeu o funcionamento da vida social", estabelecendo os fatos mas não os compreendendo ou relacionando entre si: muito ao gosto cientificista, o autor cearense lamenta que Porto Seguro não tivesse chegado a uma teoria, nem a "duas ou três leis basilares da história"²⁵.

Não difere muito a avaliação de Sílvia Romero, haurida nas mesmas fontes intelectuais. Os pontos positivos eram, para ele, a erudição de primeira mão, fundada nas pesquisas arquivísticas, e a concepção de uma história geral que evitava as pequenas monografias.²⁶

Primeiro a fixar uma classificação da obra de Varnhagen, Romero considerou sua contribuição boa em três aspectos (as obras maiores, sobre a história colonial, os holandeses e a independência, a "história geográfica" da América e as obras de literatura e cancionero português medieval), mas fraca em outros dois, a etnografia e a lingüística americanas e a historiografia literária brasileira. Seu juízo fundava-se na valorização da pesquisa documental, por um lado, e na crítica à falta de embasamento antropológico "moderno" e de "capacidade filosófica", por outro.²⁷

Via como contribuições efetivas do autor as seguintes: dúvidas que levantou sobre as lendas de Caramuru e Amador Bueno; valorização do estado das letras, legislação e economia do país em determinada época

²¹ Idem, Sobre o visconde de Porto Seguro, op. cit., p. 140.

²² Idem, op. cit., p. 143.

²³ Ibidem.

²⁴ Idem, Necrológio..., op. cit., p. 89.

²⁵ Idem, p. 90.

²⁶ Sílvia Romero, *História da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1943, v. V, p. 163.

²⁷ Idem, v. V, p. 164ss.

(na *História geral*), crítica aos exageros românticos sobre o índio; esclarecimentos sobre a cartografia quinhentista e o papel de Vespúcio; reconstituição de textos das *Trovas e cantares*; reedições críticas de poetas antigos e antologias.²⁸

Romero não atribuiu maior importância ao *Florilégio da poesia brasileira*, criticando expressamente a introdução de Varnhagen, “Ensaio sobre as letras no Brasil”²⁹, mas sua tendência era considerar-se o primeiro autor da historiografia literária brasileira, o que pode explicar tal opinião, além das diferenças de concepção na matéria.

José Veríssimo viu no que chamou a “filosofia da história” de Varnhagen traços como a filosofia espiritualista cristã, comum à época, a admissão do providencialismo e a apologia da razão de Estado, da ordem, da autoridade e do fato consumado.³⁰ Reconheceu-o como um patriota, mas sem simpatia ou identificação com a terra e a gente.³¹ Não o admitia romântico, devido à recusa ao indianismo.³²

A crítica de João Ribeiro a Varnhagen prende-se a outro aspecto teórico, mas ainda restrito ao âmbito do cientificismo. À preocupação rankeana do autor com a vida política administrativa, o crítico sergipano opunha a *Kulturgeschichte* de Riehl, Burckhardt, Freytag e Lamprecht, segundo a qual as formas culturais eram o primeiro objeto do historiador, não passando aquela de epifenômeno destas.³³

A obra de João Ribeiro, publicada em 1900 como um compêndio, antecedeu portanto os *Capítulos de história colonial* de Capistrano de Abreu e passou efetivamente a representar uma alternativa teórica à visão varnhageniana dominante na historiografia brasileira. O autor, porém, ao contrário do espírito da época, não colocou a questão em termos polêmicos, limitando-se a expor sua própria síntese sem criticar ou contrapor-se à de Varnhagen. Limitou-se a um reparo indireto ao dizer que, a

²⁸ Idem, v. V, p. 165.

²⁹ Idem, v. V, p. 169.

³⁰ José Veríssimo, *História da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969, p. 167.

³¹ Idem, p. 165.

³² Idem, p. 166.

³³ Joaquim Ribeiro, Prefácio. In: João Ribeiro, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, p. 15.

despeito da valorização pelos livros didáticos dos aspectos políticos e administrativos, o Brasil contemporâneo derivava do colono, do jesuíta, do mameluco, do índio e do escravo.³⁴ A única crítica a Porto Seguro em todo o livro, extensiva a frei Gaspar da Madre de Deus, foi a "condescendência ou defesa" dos paulistas no caso do apresamento dos índios.³⁵

A despeito da crítica cientificista, a obra de Varnhagen continuou paradigmática de uma certa maneira de produzir a história do Brasil, quer pelo uso das fontes, quer pela concepção. Permaneceu como o modelo dominante para a maioria dos trabalhos publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quer em sua revista, quer nos congressos que patrocinou, como o I Congresso de História Nacional, de 1914, e o Congresso de História da América, de 1922. O mesmo pode ser dito da produção dos institutos históricos estaduais ou da orientação que presidiu à publicação das grandes coleções documentais, como os *Anais* e os *Documentos históricos* da Biblioteca Nacional, as *Publicações* do Arquivo Nacional e os *Documentos interessantes* para a história de São Paulo.

A própria obra principal de Varnhagen chegaria à sua edição definitiva nessa época, com a publicação, em 1926, da terceira edição integral, acrescida das eruditas anotações de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia.³⁶

Os autores que continuavam fiéis à essência do paradigma varnhageniano faziam reparos que não chegavam a comprometê-lo, antes o aperfeiçoavam. Tal foi o caso do crítico que chegou mais longe, sem entretanto romper com as premissas teóricas do autor, Pandiá Calógeras. Para ele, Varnhagen foi parcial em várias de suas conclusões, tinha insuficiente aparelho crítico, não facilitava a averiguação de suas fontes e não partilhava o saber. Reconhecia-o como "grande" e "precursor", no entanto. Tais restrições, nas quais facilmente percebe-se o eco de Capistrano, amigo e orientador de Calógeras em assuntos históricos, não impediu que este, em seus próprios trabalhos, reconhecesse muitas vezes a contribuição dos "quadros de ferro" de Varnhagen.³⁷

³⁴ Idem, p. 22.

³⁵ Idem, p. 215.

³⁶ Francisco Adolfo de Varnhagen, *História geral do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, (1926), 5. v.

³⁷ João Pandiá Calógeras, *Estudos históricos e políticos: Res Nostra*, São Paulo, CEN, 1936, p. 23.

No outro extremo dessa posição encontramos Rodolfo Garcia, para quem Varnhagen foi “nosso grande historiador”, de quem poder-se-ia aperfeiçoar, mas não substituir a obra.³⁸ Sua própria história administrativa colonial é, quanto à concepção e execução, um desdobramento desse aspecto a partir da história de Varnhagen. A imagem mais frequente e duradoura nesta época sobre Varnhagen foi a de Oliveira Lima, para quem as “pacientes pesquisas e numerosos arquivos da Europa e da América permitiam estabelecer nossos anais sobre dados certos”.³⁹

VARNHAGEN, O MODERNISMO E A REDESCOBERTA DO BRASIL

A partir da década de 1920, declinante o filão teórico do cientificismo, o modernismo literário e plástico e o influxo de novas correntes do pensamento social e científico redimensionam o significado da obra de Varnhagen.

Identificam-se, nesse contexto, duas correntes, uma vertente revisionista e uma vertente tradicional da historiografia brasileira, o que se refletiu na avaliação da obra do autor.

A *vertente revisionista*, implícita ou explicitamente, nega o paradigma varnhageniano. Para seus autores, a historiografia ressentia-se de uma exagerada valorização do político e do administrativo, com seus capitães e generais, tratados e guerras, e de explicações mais “profundas” que desvelassem a atuação dos mecanismos sociais atuantes no passado e seus reflexos no presente. Reconheciam como seus precursores João Ribeiro e, sobretudo, Capistrano de Abreu, mas consideravam ainda muito longo o caminho a percorrer.

A inspiração teórica desses autores, a partir da comum rejeição ao paradigma de Varnhagen, era diversificada, bem simbolizando o *aggiornamento* do pensamento brasileiro com os desafios sociais, políticos e intelectuais do primeiro pós-guerra.

³⁸ Rodolfo Garcia, *Ensaio sobre a história político-administrativa do Brasil colonial*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1956, p. 32.

³⁹ Manuel de Oliveira Lima, *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, p. 69.

O mais radical de seus críticos foi Manuel Bonfim. Nos seus livros, particularmente em *O Brasil história: deturpação das tradições, deturpação política*, publicado em 1930, Varnhagen aparecia como um "reacionário bragantino", autor de uma "história para o trono". Criticava-o por ter ofuscado a obra de Southey, pela visão pró-lusitana e monárquica, as restrições a José Bonifácio e à revolução de 1817. Recusava até, indo mais longe que outros críticos, a capacidade de pesquisador, considerando-a prejudicada por seu partidarismo, indo ao extremo de "velar documentos".⁴⁰

Em Gilberto Freire, era o culturalismo antropológico, particularmente o de Franz Boas, que dava a principal orientação metodológica para a reconstituição da vida social da área açucareira. Compreende-se, assim, que visse Varnhagen como um erudito, sem maior capacidade teórica: "Varnhagen é sempre de um simplismo infantil quando deixa a pura pesquisa histórica pela filosofia da história".⁴¹

Caio Prado Jr., em *A evolução política do Brasil*, ao analisar a estrutura de poder no Brasil a partir das relações entre classes, refutaria igualmente o tradicionalismo e o oficialismo da obra do autor. Partiu de Caio Prado Jr. mais implícita que explicitamente a refutação marxista à obra de Varnhagen e sua identificação como historiador das elites.⁴²

Posição semelhante encontramos em Sérgio Buarque de Holanda e Roberto Simonsen. O primeiro, em *Ratzes do Brasil*, inspirava-se em Max Weber para realizar a releitura das fontes então disponíveis, construindo uma interpretação tipológica da história brasileira, particularmente a colonial, que superava a perspectiva politocêntrica do historiador.⁴³ Roberto Simonsen, na *História econômica do Brasil*, baseava-se em Sombart para estudar o processo de incorporação do Brasil ao capitalismo comercial.⁴⁴ Conquanto o próprio Varnhagen tratasse de assuntos

⁴⁰ Manuel Bonfim, *O Brasil na história: deturpação das tradições, deturpação política*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1930, p. 122-125.

⁴¹ Gilberto Freire, *Casa grande e senzala*, Rio de Janeiro, José Olympio, v. I, p. 338.

⁴² Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1978, p. 10ss.

⁴³ Sérgio Buarque de Holanda, *Ratzes do Brasil*, Brasília, UnB, 1962, passim.

⁴⁴ Roberto Simonsen, *História econômica do Brasil*, São Paulo, CEN, 1962, p. 24. Afranio Peixoto, no prefácio, sem mencionar Varnhagen, protestava contra o fato de que a história do Brasil "sempre começou da partida de Cabral, as calmarias africanas ou o propósito, Porto Seguro, 1500, aborígenes, donatários, governadores gerais... e vai por aí, administração, administração, às vezes um pouco de política"; op. cit., p. 12.

como a produção agrícola e o comércio, é evidente que não possuía uma visão problematizada das relações produtivas.

Todas essas obras, publicadas entre 1933 e 1936, tinham em relação a Varnhagen dois pontos em comum, um negativo e outro positivo. O negativo é o de julgarem sua obra excessivamente centrada em fatores político-administrativos, ignorando ou menosprezando questões sociais, econômicas e culturais. O ponto positivo é o de reconhecerem o valor de sua contribuição documental, utilizando-o como referência sempre que necessário. Parecia cumprir-se o vaticínio do jovem Capistrano de Abreu, seis décadas antes: a *História geral do Brasil* seria utilizada por muito tempo, não como história, mas como repositório de fatos sobre o Brasil antigo, como acontecia, em Portugal, com o “Elucidário” de Santa Rosa Viterbo.⁴⁵

Na mesma vertente revisionista, mas ocupando lugar à parte, quer por motivos cronológicos, quer pela abordagem, encontram-se ainda José Honório Rodrigues e Nilo Odália. Para o primeiro, embora reconhecendo a contribuição científica de Varnhagen (“nenhum historiador contemporâneo o iguala no conjunto da obra, poucos o superam monograficamente”)⁴⁶, o autor, ao caracterizar-se por um conservadorismo intransigente, horror ao inconformismo, oficialismo, colonialismo e combate ao “nacionalismo caboclo”, auxiliou a consolidar uma ideologia conservadora e contrária aos interesses nacionais, que prosseguiu até o conservadorismo da segunda metade do século XX.⁴⁷

José Honório Rodrigues chegou a identificar dois ramos da historiografia brasileira, o das elites, representado por Varnhagen, e o do povo, representado por Capistrano de Abreu, este último, por sua vez, desembocando no nacionalismo do segundo pós-guerra.⁴⁸ Calcando esta dicotomia na década de 1950, o autor acabaria por projetar, para a historio-

⁴⁵ João Capistrano de Abreu, *Ensaio e estudos*, 1ª série, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 135.

⁴⁶ José Honório Rodrigues, Varnhagen, mestre da História do Brasil, *RIHGB*, 275: abr.-jun. 1967, p. 187.

⁴⁷ Idem, p. 192.

⁴⁸ Idem, *História da história do Brasil: a historiografia conservadora*, São Paulo, CEN, 1988, p. 13.

grafia do século XIX, uma versão conservadora-udenista, "varnhageniana", e uma versão reformista-trabalhista, capistraneana, inaceitável por dois motivos: Capistrano, com seu ceticismo à flor da pele e sua misantropia, dificilmente pode ser associado a um movimento político; e nem Varnhagen nem Capistrano parecem ter sido seriamente apropriados como ideólogos de caminhos antagônicos para o futuro do país, na segunda metade do século XX, quer pelas elites, quer por partidos reformistas ou revolucionários. Outros ideólogos, como os positivistas, Oliveira Viana ou os marxistas é que viriam a exercer este papel.

Nilo Odália, fazendo um balanço do significado atual de Varnhagen, concluiu que, embora sua obra esteja superada em termos de conhecimento, deve ser decodificada para que se entenda um momento-chave da história política brasileira, consubstanciadora dos primeiros passos da formação de uma ideologia histórica que busca legitimar um processo de dominação social, "inerente à constituição da jovem nação"⁴⁹.

A *vertente tradicional* não rejeita o paradigma, apenas o aperfeiçoa. Encontramos nela duas versões, uma sociológica e outra historiográfica, que continuam a obra aperfeiçoadora iniciada à época do cientificismo por Oliveira Lima, Calógeras e pela maioria dos trabalhos levados a efeito no IHGB.

A versão sociológica está em Oliveira Viana. Oliveira Viana implicitamente condenou a visão de Varnhagen através de um eloquente silêncio. Ele foi ignorado em *Populações meridionais do Brasil* e citado apenas uma vez na *Evolução do povo brasileiro*, a propósito da questão dos degredados.⁵⁰ Apesar de reconhecer em Ranke e Mommsen a preocupação em tornar o conhecimento histórico a base da política e do particularismo de cada povo, em nenhum momento identificou em Varnhagen um sucedâneo brasileiro à "cultura histórica" do historicismo alemão.⁵¹ Não obstante, teses como a da origem nobre dos colonizadores e a do branqueamento da população, desenvolvidas por Oliveira Viana, já se encontravam em Varnhagen. Não é difícil identificar na "aristocracia

⁴⁹ Nilo Odália, Introdução, *Varnhagen*, São Paulo, Ática, 1979, p. 14.

⁵⁰ F. J. de Oliveira Viana, *Evolução do povo brasileiro*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1956, p. 59.

⁵¹ F. J. de Oliveira Viana, op. cit., p. 38

paulista” e no “dórico louro” do sociólogo fluminense o eco do pensamento de Varnhagen. Ademais, os valores defendidos pelos dois autores, guardadas as diferenças de mentalidade científica e época cultural, eram muito assemelhados.

A versão historiográfica teve mais seguidores. Fundamentalmente, considerava como seus os problemas levantados havia um século por Varnhagen. A questão básica ainda era política. Girava em torno das vicissitudes do Estado no Brasil, fosse o Estado colonial português, fosse a constituição de uma nova ordem política com o Império, ou a sua modificação, no regime republicano.

Rodolfo Garcia, um dos anotadores da terceira edição da *História geral do Brasil*, e Max Fleiuss, secretário perpétuo do Instituto Histórico nas gestões do conde de Afonso Celso e do embaixador Macedo Soares, foram os melhores exemplos da estrita ortodoxia varnhageniana nesta fase. Ambos, sintomaticamente, foram autores de histórias político-administrativas nas quais os problemas ou os temas abordados eram ainda praticamente os mesmos daquele autor. Restrições, quando existiam, limitavam-se à consideração de um ou outro documento ignorado por Varnhagen, ou a aspectos por ele menos desenvolvidos.⁵²

Mais heterodoxos, mas sem afetar a espinha dorsal rankeana da valorização do Estado na história brasileira, foram Afonso Taunay, Pedro Calmon, Hélio Viana e Américo Jacobina Lacombe. O primeiro, por sugestão de Capistrano de Abreu, abordou temas ainda muito ignorados, como a história das bandeiras ou a do café. Mas o fez à Varnhagen, isto é, sem alterar nem o fundamento teórico — a base estatal da perspectiva — nem os procedimentos metodológicos — a pesquisa documental dicotomizada nas críticas internas e externas, buscando o estabelecimento do fato singular. Elaborou extensas monografias sobre os dois temas, mas não se afastou da metodologia tradicional. As bandeiras surgiram de suas pesquisas, mais como embasadoras da política de limites da diplomacia bragantina, do que como questões de fronteiras em expansão — embora a obra de Turner já fosse sobejamente conhecida e a

⁵² Rodolfo Garcia, op. cit. e Max Fleiuss, *História administrativa do Brasil*, Rio de Janeiro, passim.

antropogeografia de Ratzel tivesse sido um dos interesses da maturidade de seu mestre Capistrano.⁵³

José Honório Rodrigues considerou a obra de Taunay representativa de um "revisionismo factual"⁵⁴, interpretação que estará correta se valorizarmos o adjetivo e retirarmos do conceito de revisionismo qualquer fundamentação teórico-metodológica. Optamos, por isso, considerá-lo um varnhageniano heterodoxo e não um revisionista, preferindo atribuir esta qualificação aos "redescobridores" do Brasil nos anos 1930.

Em Pedro Calmon e Hélio Viana a obra de Varnhagen foi um guia permanente. No primeiro, se aparentemente está menos presente na *História da civilização brasileira*, na *História social do Brasil* e na *História da Casa da Torre*, todos da década de 1930, ressurgiu plenamente na *História do Brasil* em sete volumes, da década de 1950. O autor agrega as contribuições da historiografia econômica e social, valoriza as manifestações culturais, mas permanece fiel ao eixo temático estatal e aos procedimentos metodológicos do historicismo.⁵⁵

Na obra de Hélio Viana isto é ainda mais evidente. Quer em estudos monográficos, quer na *História do Brasil*, compêndio universitário de ampla circulação nas décadas de 1960 e 1970, o Estado é a figura central. A pesquisa, rigorosa e segura, confina-se também naqueles limites.⁵⁶

Dos mencionados historiadores, o menos identificado com o espírito de Varnhagen foi Américo Jacobina Lacombe, aliás o único a elaborar judicioso estudo sobre ele, intitulado *As idéias políticas de Varnhagen*. Certamente concordava com este no fundo: o politocentrismo e os procedimentos de pesquisa. Mas discordava em aspectos importantes, como o papel atribuído à Igreja e particularmente às ordens religiosas, valorizadas por Lacombe, em detrimento do pombalismo de Varnhagen. Não

⁵³ Afonso d'Escagnolle Taunay, *História geral das bandeiras paulistas*, São Paulo, Melhoramentos, 1976. *A grande vida de Fernão Dias*, São Paulo, Melhoramentos, 1976.

⁵⁴ José Honório Rodrigues, Taunay e o revisionismo histórico, *História e historiadores do Brasil*, São Paulo, Obelisco, 1965, p. 135.

⁵⁵ Pedro Calmon, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, v. I, p. 5ss. Arno Wehling, Pedro Calmon, história e valorações, *Curso Pedro Calmon*, Salvador, IGHB, 1999, p. 5ss.

⁵⁶ Hélio Viana, *História do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 1963, passim.

deixava entretanto de reconhecer a obra deste como “tão superior e perfeita que resiste ao tempo que a criou, mesmo com suas teses quase todas em xeque”⁵⁷.

Ressalte-se, novamente, que esses autores da vertente que denominamos tradicional representam não apenas a continuidade, embora renovada, do historismo varnhageniano, como uma linha moralizante e estatocêntrica que, vinda do romantismo, ultrapassou o cientificismo e adentrou pelo modernismo, chegando à segunda metade do século XX.

VARNHAGEN E A HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA

As contribuições de Varnhagen para a literatura foram unanimemente consideradas precárias e mesmo irrelevantes. Os críticos em geral subscrevem a opinião de José Veríssimo, que via no autor “falta de imaginação, fantasia e estilo”⁵⁸. Mas a contribuição de Varnhagen para a historiografia literária, especialmente como responsável pelo estabelecimento e edição de textos, não foi desprezível.

Sílvia Romero elogiou o valor da pesquisa documental realizada pelo autor para o estabelecimento e reconstituição de textos do cancioneiro medieval português, em especial nas *Trovas e cantares*, por seu domínio da língua nos séculos XIII e XIV.⁵⁹ Já o *Florilégio da poesia brasileira* e as biografias de escritores pareceram-lhe, sob o ângulo da crítica cientificista, sem “capacidade filosófica”, “intuição crítica” e “faculdades estéticas de concepção e forma”.⁶⁰

José Veríssimo reconheceu-lhe o valor das pesquisas em história literária, pelo ineditismo e segurança, muito superiores às de Januário da Cunha Barbosa, Pereira da Silva, Joaquim Norberto e Gonçalves de Magalhães.⁶¹

⁵⁷ Américo Jacobina Lacombe, As idéias políticas de Varnhagen, *RIHGB*, 275, abr.-jun. 1967, p. 137.

⁵⁸ José Veríssimo, op. cit., p. 167.

⁵⁹ Sílvia Romero, op. cit., v. V, p. 165.

⁶⁰ Idem, v. V, p. 166.

⁶¹ José Veríssimo, op. cit., p. 167.

Uma geração depois, Ronald de Carvalho considerou a introdução do *Florilégio*, junto com a *História geral* e os trabalhos sobre a invasão holandesa e a independência, como as grandes contribuições do autor à cultura brasileira.⁶² Se lhe faltava "largueza de vistas", dizia, compensava-o com informações precisas e bom senso.⁶³

Antônio Cândido considerou o *Florilégio* e as edições posteriores a 1860 superiores a um simples trabalho de antologia, ressaltando a contribuição de Varnhagen como investigador erudito a propósito dos cancionários medievais e dos cronistas brasileiros. Destacou, também, a contribuição do autor ao conhecimento de Gregório de Matos Guerra e Santa Rita Durão. Na comparação com seu contemporâneo Joaquim Norberto, considera-o mais erudito, porém menos crítico.⁶⁴

Wilson Martins destacou na obra ficcional de Varnhagen a novela histórica sobre o descobrimento do Brasil, de 1840 e o drama *Amador Bueno*, de 1847, sublinhando o valor que se dava à época ao "dramalhão histórico, cujos textos imaginavam como deviam falar os velhos portugueses"⁶⁵. Quanto à obra crítica, Martins encontrou no *Florilégio* uma diferença em relação às antologias anteriores de Januário da Cunha Barbosa e Pereira da Silva, pois enquanto estes queriam provar a existência da literatura no Brasil, em Varnhagen a preocupação era reunir "o que por mais americano tivemos" e não "o melhor da produção poética nacional" sob critérios como o nascimento dos autores no Brasil e a preferência pelos assuntos brasileiros.⁶⁶ O mesmo aspecto nacionalista de investigação literária o crítico encontra também nos *Épicos brasileiros*, de 1843, onde preparava-se a "consciência literária nacional" contra o lusitanismo⁶⁷, na edição do *Uruguai*, em 1845, no clima de "sentimento de

⁶² Ronald de Carvalho, *Pequena história da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1953, p. 265.

⁶³ Idem, p. 266.

⁶⁴ Antônio Cândido de Melo e Sousa, *Formação da literatura brasileira*, São Paulo, Martins, [s/d], v. I, p. 342ss.

⁶⁵ Wilson Martins, *História da inteligência brasileira*, São Paulo, CEN, 197, v. II, p. 357.

⁶⁶ Idem, v. II, p. 436.

⁶⁷ Idem, v. II, p. 275.

uma tradição brasileira”⁶⁸ e nas *Trovas e cantares*, pelo paralelo estabelecido com as *Sextilhas de frei Antão*.⁶⁹

Pesquisa histórico-literária e construção de uma tradição literária nacional seriam, portanto, os traços mais significativos da obra literária de Varnhagen, o que demonstra a evidência que ela se caracteriza como mero desvio temático de seu *Leitmotiv*, a história “geral”.

A PRESENÇA DA MATRIZ VARNHAGENIANA NO ENSINO DA HISTÓRIA DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS

Em relação aos compêndios escolares, por mais de um século vigorou o que poderia ser chamada a “matriz varnhageniana”⁷⁰, um modelo programático com algumas características bem precisas.

A partir da presença da história do Brasil no Colégio Pedro II, desde a década de 1830 e da sua introdução em outros estabelecimentos de ensino, tornou-se necessária a elaboração de manuais que orientassem os professores em suas classes. Da mesma forma que, como síntese erudita da História do Brasil, existia a obra do inglês Robert Southey, havia um trabalho de divulgação devido a Ferdinand Denis, um dos primeiros intelectuais franceses a interessar-se pelo Brasil, o *Résumé de l'histoire du Brésil*, publicado em 1825. Nele baseou-se o primeiro compêndio sobre o assunto em uso no Colégio Pedro II, de autoria de Henrique Luis Niemeyer Bellegarde, que, entretanto, possuía sérias falhas de informação e organização.⁷¹

Entre essa época e a década de 1850, o ensino da história do Brasil continuou prejudicado pela ausência de um bom compêndio, que por sua vez não existia à falta de uma obra de síntese erudita que lhe fornecesse os fundamentos.

⁶⁸ Idem, v. II, p. 319.

⁶⁹ Idem, v. II, p. 401.

⁷⁰ Maria José Cavalleiro de Macedo Wehling, O livro didático de história, seu uso e abuso, *Jornal do Commercio*, 20 de maio de 1983.

⁷¹ Hélio Viana, op. cit., p. 8.

Em 1855 e 1856 o diretor de Instrução Pública do município da Corte, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara, solicitou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a indicação de um compêndio que pudesse ser adotado nas escolas do então município neutro.⁷²

Data justamente do ano seguinte a publicação do segundo e último volume da *História geral do Brasil* de Varnhagen, que completava sua obra. Estavam lançados os fundamentos para a elaboração do tão esperado manual.

Coube a realização ao romancista e jornalista Joaquim Manuel de Macedo, que publicou em 1861 o livro *Lições de história do Brasil*. Macedo era, nessa época, professor de história do Brasil do Colégio Pedro II e membro prestigioso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual chegou a ser o orador.

As *Lições* de Macedo foram a transposição, para o plano da escola secundária, da *História geral* de Varnhagen. Animava-o o mesmo espírito nacionalista, romântico e historicista, a mesma visão politocêntrica e estatista da história, a preocupação com heróis e campanhas militares vitoriosas, a defesa da unidade nacional.

Capistrano de Abreu, que fez sérias críticas ao compêndio de Macedo, não só amparado na sua condição de historiador, mas na de professor concursado de história do Brasil do Colégio Pedro II, comentou que os "quadros de ferro" da interpretação dada por Varnhagen foram por aquele introduzidos na escola-padrão, através daquele manual.⁷³

Daí, acrescentamos nós, foi ele disseminado para outras escolas de todo o país, quer pela adoção do mesmo livro pelos professores das disciplinas, quer pelo aparecimento de outros compêndios que seguiam a mesma matriz varnhageniana, como, entre outros, o do padre Rafael Galanti.

Realizava-se, aliás, por via indireta, uma aspiração do próprio Varnhagen, que, em correspondência com o Imperador, sugeriu, como já se observou, que a *História geral* fosse adotada em escolas militares e colé-

⁷² RIHGB, 19:1856, p.6

⁷³ João Capistrano de Abreu, *Correspondência*, Rio de Janeiro, INL, 1976, v. II, p. 258.

gios, em vista do potencial que acreditava possuir para motivar a juventude em relação ao país.⁷⁴

Nos momentos posteriores da evolução intelectual do país a matriz mostrou sua força. Sílvio Romero, conquanto identificado com o cientificismo evolucionista e com uma perspectiva antropológica do homem brasileiro, escreveu um opúsculo escolar sobre os grandes homens da nacionalidade, num espírito de culto à memória nacional que não se afastava do de Varnhagen.⁷⁵ A principal diferença consistiu em considerá-los expressões típicas da formação étnica do país.

Os positivistas, em fins do século XIX e início do seguinte, foram a única corrente a não se identificar com esse projeto, devido a sua descrença na unidade nacional e sua defesa das “pequenas pátrias”. Além disso, a associação das ações militares, da monarquia e do espírito religioso da colonização portuguesa com fases consideradas superadas da história da humanidade — a teológica e a metafísica — fazia com que rejeitassem os principais valores inerentes à matriz varnhageniana. Entretanto, se tiveram alguma influência no meio intelectual e mesmo no ensino, sua penetração foi incapaz de afetar o prestígio da explicação dominante.

Um consagrado e popular poeta parnasiano, Olavo Bilac, tornou-se responsável, na década de 1910, pela campanha nacionalista que culminou com a criação da Liga de Defesa Nacional e do serviço militar obrigatório, corolários das concepções de Varnhagen. Também ligou-se a elas o “ufanismo”, posição radicalmente idealizada das potencialidades do país, iniciada pela publicação, em 1900, do livro *Por que me ufano do meu país*, do conde de Afonso Celso, jurista e historiador que seria presidente do Instituto Histórico de 1912 a 1938.

Entretanto, algumas modificações começavam a manifestar-se, alterando esta posição.

Em 1900 foi lançado o compêndio de João Ribeiro, escrito sob a manifesta influência da *Kulturgeschichte* alemã, na qual se valorizavam

⁷⁴ Francisco Adolfo de Varnhagen, *Correspondência ativa*, Rio de Janeiro, INL, 1959, p. 322.

⁷⁵ Sílvio Romero, *A história do Brasil pela biografia de seus heróis*, Rio de Janeiro, Briguier, 1890, passim.

outros aspectos da vida social que não o político da tradição rankeana.⁷⁶ O manual de João Ribeiro, professor do Colégio Pedro II, foi ali adotado, como em outras escolas. O novo compêndio destacava aspectos menos evidenciados na obra de Varnhagen e seus adaptadores pedagógicos, como a formação étnica do país ou o movimento de colonização do interior nos séculos XVII e XVIII, além de cobrir o período posterior à independência.

Logo depois foi publicada a magnífica síntese de Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial* (1906), a qual, junto com outros trabalhos do autor, deram margem a reinterpretações econômicas e sociais da vida colonial, inexistentes na obra de Varnhagen. Ao contrário do livro de João Ribeiro, porém, a de Capistrano de Abreu destinava-se a um público especializado.⁷⁷

A influência desse livro e de outros trabalhos do autor sobre os livros didáticos ocorreu sobretudo a partir da década de 1920. Não chegou a mudar a estrutura dos compêndios ou dos programas oficiais de ensino secundário, mas fez com que fossem acrescentados itens como o da formação étnica do Brasil, particularmente a questão da mestiçagem e das entradas e bandeiras, sobre a expansão territorial do país. Autor de compêndios de sucesso entre as décadas de 1920 e 1950, Basílio de Magalhães, também historiador especializado neste último tema, foi o principal exemplo desse acréscimo inspirado em Capistrano de Abreu, que, sem alterar a estrutura da matriz varnhageniana, acrescentou-lhe outros aspectos, atualizando-a com estudos mais recentes.

Nas décadas de 1920 e 1930 a renovação historiográfica provocou profunda revisão das teses ainda predominantes. As obras de Oliveira Viana, Gilberto Freire, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Roberto Simonsen realizaram verdadeira redescoberta da história do Brasil, afetando a até então vitoriosa matriz varnhageniana.

Entretanto, tais modificações interpretativas, mesmo aquelas devidas a Capistrano de Abreu, demoraram a chegar aos compêndios e o

⁷⁶ Joaquim Ribeiro, Prefácio. In: João Ribeiro, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1960 (18. ed.), p. 5ss.

⁷⁷ João Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

fizeram apenas secundariamente. Uma análise dos compêndios brasileiros entre as décadas de 1930 e 1960, bem como o programa oficial para o ensino secundário de 1942, mostram a força da matriz varnhageniana. A espinha dorsal continuava a mesma. Ocorreram, por influência das novas interpretações, alguns acréscimos temáticos: um capítulo sobre a formação étnica do Brasil, mostrando as diferentes origens de brancos, negros e índios, a miscigenação e o papel de cada etnia na formação brasileira; um capítulo sobre a evolução econômica brasileira, com ênfase na sucessão de “ciclos” de produtos dominantes no país, como o pau-brasil, o açúcar, o ouro e o café; outro capítulo ainda sobre as bandeiras e a expansão territorial do Brasil, capítulo este que valorizou a presença paulista neste processo, numa época em que o estado de São Paulo, à frente da economia nacional, lutava por tentar um papel político correspondente.⁷⁸

A PRESENÇA DA MATRIZ DE VARNHAGEN NA PESQUISA E NO ENSINO SUPERIOR

Evolução praticamente semelhante ocorreu com a matriz varnhageniana de interpretação da história do Brasil nos campos da pesquisa e do ensino superior.

No caso da pesquisa, ela esteve praticamente restrita ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e aos Institutos dos estados, até a instalação formal das Universidades no país, na década de 1930. Aquelas instituições, por sua vez, destinavam-se mais a prestigiar nomes já destacados na pesquisa e estudos históricos, do que a criar “escolas” de investigação. Assim, o método, o interesse pela problemática político-administrativa e a estrutura de Varnhagen serviam de modelo para a maioria dos integrantes dos Institutos.

Uma rápida passagem pelas revistas de tais instituições ou pelos anais dos congressos que promoveram demonstra a correção dessa obser-

⁷⁸ O tema começa a ser estudado em dissertações e teses de pós-graduação. Estudo pioneiro sobre o assunto, na década de 1950, foi elaborado por Guy de Holanda, *Um quarto de século de compêndios e programas de ensino secundário*, Rio de Janeiro, CBPE, 1956.

vação, com as exceções evidenciando em geral a influência do positivismo ou do evolucionismo.

No ensino superior o estudo da história do Brasil passou a ser feito sistematicamente somente na década de 1930, com a criação de Universidades como as do Distrito Federal e do Brasil, no Rio de Janeiro, e a Universidade de São Paulo. Reunindo cursos anteriormente existentes e criando novos, estas universidades passaram a incorporar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com o objetivo de formar professores para o ensino secundário.

Nos cursos de história aí organizados passou a existir uma cátedra de história do Brasil. Foi a partir destas cadeiras, na Universidade do Brasil com Hélio Viana, e na Universidade de São Paulo sucessivamente com Alfredo Ellis Jr, Afonso Taunay e Sérgio Buarque de Holanda, que efetivamente iniciou-se uma pesquisa universitária. Não deve ser esquecido o trabalho de Pedro Calmon, mas este foi catedrático na Faculdade de Direito e não na de Filosofia.

Outras Universidades, com suas Faculdades de Filosofia, foram criadas nas décadas seguintes nos estados, quer públicas, quer particulares, todas com a cadeira de história do Brasil. Também nas Faculdades de Economia, criadas no mesmo movimento, foi introduzida uma disciplina de história econômica do Brasil.

A força da matriz de Varnhagen era tanta, ainda nessa conjuntura, que, daqueles catedráticos que mencionamos, apenas Sérgio Buarque de Holanda, pela concepção epistemológica da história e pela metodologia empregada, afastou-se de suas idéias básicas.⁷⁹

Nos demais, quer em sua atividade docente ou nas obras que publicaram, os valores, a fundamentação teórico-metodológica, os procedimentos de pesquisa e a organização formal da matéria permaneceram fiéis ao modelo, com os acréscimos que as novas temáticas mencionadas — formação étnica, evolução econômica — exigiam.

⁷⁹ Sérgio Buarque de Holanda foi influenciado, entre outras correntes, pela "sociologia compreensiva" de Max Weber, tendo inclusive trabalhado com sua tipologia no clássico *Raízes do Brasil*, de 1936.

A CONTESTAÇÃO DA MATRIZ VARNHAGEN

Foi somente nas décadas de 1960 e 1970, com a implantação dos programas de pós-graduação em história nas Universidades brasileiras, no plano acadêmico, e com as críticas crescentes aos modelos econômicos, sociais e culturais, apontados como dependentes do primeiro mundo pelos críticos de esquerda, que se fez explícita a contestação e a rápida revogação do que era ou parecia ser um pensamento conservador.

Nesse contexto, a matriz Varnhagen perdeu sua influência. Foi-lhe reconhecida a importância como pesquisador e revelador de fatos relevantes da história política nacional, mas acentuaram-se também críticas a seu conservadorismo, ao monarquismo, à antipatia pelos movimentos revolucionários, à defesa da posição subalterna de negros e índios. José Honório Rodrigues, não obstante reconhecer-lhe méritos de investigador, formulou um dos juízos mais contundentes, ao afirmar que se tratava de um conservador intransigente, oficialista, colonialista e com horror ao inconformismo.⁸⁰

De uma perspectiva teórico-metodológica, esse assalto às posições de Varnhagen foi feito sobretudo com base em posições marxistas e naquelas vinculadas ao movimento dos *Annales* e à *Nouvelle histoire*.

No primeiro caso, a crítica concentrou-se no argumento de que Varnhagen, com sua obra, legitimou ideologicamente os setores conservadores brasileiros, contribuindo para a consolidação da “classe dominante”. Lamentavam também os marxistas a falta de interesse do autor sobre questões econômicas e sociais, ignorando assim o “motor da história” e todo o seu funcionamento dialético.

No segundo caso, a obra de Varnhagen correspondia perfeitamente à crítica de Lucien Febvre contra a *histoire événementielle*, centrada em fatos políticos, guerras e batalhas. Era o paradigma negativo dos novos pesquisadores, preocupados inicialmente com a evolução das conjunturas econômicas, por influência de Braudel e logo depois pela história social e pela história cultural.

⁸⁰ José Honório Rodrigues, Varnhagen, mestre da história geral do Brasil, *RIHGB*, 275:2, p. 193. *História da história do Brasil*, São Paulo, CEN, v. II.

Essas posições refletiram-se sobre o ensino de primeiro e segundo graus. Poucos compêndios nos anos 1970 e 1980 ainda seguiam os velhos "quadros de ferro" de Varnhagen, substituindo-os por modelos alternativos de inspiração sobretudo marxista, nos quais líderes e ações políticas foram substituídos, como atores privilegiados da história, por classes sociais e relações de produção.

No ensino universitário e na pesquisa, inspiradores do ensino primário e secundário, a rejeição foi completa. A matriz esgotara-se, quer quanto à fundamentação valorativa que a sustentava, quer quanto aos pressupostos epistemológicos e metodológicos que a embasavam. Na década de 1990, parece cruel cumprir-se, embora com atraso, o vaticínio de Capistrano de Abreu, para quem a obra de Varnhagen ficaria como um referencial erudito, à semelhança de Viterbo.